



# MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

## ETP - Estudo Técnico Preliminar

O presente instrumento trata-se de estudo técnico preliminar referente à contratação de empresa especializada em engenharia para:

Objeto: **Execução de passeios em parte da Avenida José Leonardo Santos, São Cristóvão, Município de Capinzal/SC.**

A Lei de Licitações 14.133/21 discorre sobre o Estudo Técnico Preliminar:

Art. 6:

*"XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação;"*

Art. 18:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

*I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido; (...)*

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

*I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;*

*II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;*

*III - requisitos da contratação;*

*IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;*

*V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;*



# MUNICÍPIO DE CAPINZAL

## Estado de Santa Catarina

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

## 1. Descrição Da Necessidade

A **Execução de passeios em parte da Avenida José Leonardo Santos** no Município de Capinzal/SC se faz necessária, visando proporcionar segurança aos pedestres ao trafegarem por esta via e a padronização dos mesmos, garantindo boas condições de acessibilidade no trajeto que inicia na Rua Alcir Masson até o ponto de ônibus em frente a igreja deste perímetro.

A construção dos passeios tem como objetivo principal a livre e segura circulação de pedestres, por ser a parte da via destinada ao trânsito da população das mais diferentes idades e condições físicas.

Por se tratar de parte da via pública em nível diferente, são destinados à circulação de qualquer pessoa, independente de idade, estatura, limitação de mobilidade ou percepção, com autonomia e segurança, bem como à



# MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

implantação de equipamentos de infraestrutura, sinalização e outros fins previstos em leis específicas.

Os passeios são requisito indispensável de locomoção na cidade e permitirão que a população passe a ter conforto para se locomover a pé a fim de desenvolverem suas atividades do dia a dia. São, portanto, o meio físico, onde se realizam o modo de deslocamento mais significativo do homem, que é o ato de caminhar, e grande parte da população utiliza este “meio de transporte” para realização de diversas atividades cotidianas.

Tendo em vista que nesta via há um grande fluxo de veículos e, os pedestres que por ali transitam encontram dificuldades de locomoção, o Município de Capinzal assegurará que ao menos um Trecho da Avenida José Leonardo Santos disponibilize de espaço adequado destinado a circulação dos pedestres, garantindo a estes o direito de ir e vir em segurança.

O Município utilizará de Recursos Próprios para atender as necessidades de locomoção e acessibilidade da população. Para isto, foram elaborados projetos para sua ideal adequação, de modo a possibilitar a contratação de empresa especializada para a execução do mesmo, através de processo de licitação, sob a fiscalização de engenheiro.

## 2. Requisitos Da Contratação

A execução da obra de Passeios Públicos deverá observar cuidadosamente o projeto. O material aplicado para a execução dos serviços deverá ser de acordo com as determinações dos projetos, planilha orçamentária, composições e memorial descritivo e das especificações técnicas, empregando mão de obra qualificada e materiais de qualidade.

A contratada deverá ser do ramo de atividade relacionada ao objeto, ser qualificada para a execução do mesmo e atender as condições de habilitação exigidas em Lei.

Para fins de habilitação fica determinada, minimamente a apresentação da seguinte documentação:

- a)** Contrato Social (ou documento equivalente, como requerimento de empresário ou ato constitutivo);
- b)** Cópia do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), com emissão não superior a 90 (noventa) dias;
- c)** Regularidade com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal; VÁLIDA.
- d)** Regularidade com o Fundo de Garantia (FGTS); VÁLIDA.
- e)** Regularidade fiscal com a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhista) – CNDT; VÁLIDA.
- f)** Certidão Negativa de Pedidos de Falência; VÁLIDA.
- g)** Declaração assinada pelo Representante Legal da Empresa contendo o seguinte conteúdo:



# MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

DECLARO sob as penas da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme cita em seu art. 156, que esta Empresa não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública e nem foi declarada inidônea, ciente de declarar ocorrências posteriores.

DECLARO sob as penas da Lei Federal nº 14.133/2021 que esta Empresa não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

DECLARO para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

## **Qualificação técnica da Contratada:**

A contratada deverá comprovar sua qualificação técnica operacional e técnico-profissional em observância ao que está definido na Lei 14.133/2021, Art. 67.

Para a comprovação de capacidade operacional e técnico profissional deverão ser apresentados atestados de capacidade técnica com característica e quantidades mínimas, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação (Art. 67 da Lei 14.133), sendo os mínimos estabelecidos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO
1	Passeio	399,00 m <sup>2</sup>

## **3. Solução – Levantamento De Mercado**

Para a estimativa de valores a serem praticados, tomou-se como base o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), uma vez que o mesmo controla despesas e receitas futuras, evita desvios financeiros e fornece uma visão geral mais precisa sobre o resultado econômico da obra, garantindo segurança na obtenção dos valores a serem praticados como referência preço.

#### 4. Descrição Da Solução Como Um Todo

**SOLUÇÃO:** A execução dos passeios se dará de conformidade com o previsto no projeto básico, memorial descritivo, especificações técnicas, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, elaborados por setor competente, sendo a execução dos serviços realizada de forma indireta, através de empreitada por preço global.

**VANTAGENS:** O Município de Capinzal irá atender uma diversidade de demandas, ou seja, de condições de locomoção que devem ser consideradas, visando garantir a mobilidade de crianças, idosos, pessoas carregando carrinhos ou bebês de colo, pessoas com restrição temporária ou permanente de locomoção seja por restrições motoras, visuais ou auditivas, permitindo não somente o ágil e apressado deslocamento entre casa e trabalho, mas também o suave, prazeroso caminhar.

**DESVANTAGENS:** Não foram encontradas desvantagens para a solução, uma vez que além de melhorar a mobilidade e toda a estrutura de pavimentação existente, o Município estará criando um ambiente urbano mais seguro e acolhedor.

**ENCAMINHAMENTO:** A solução atenderá as necessidades e demandas dos moradores locais e demais que por ali transitam.

**CONCLUSÃO:** A contratação do objeto se mostra viável e indispensável, pois trará grandes benefícios, permitindo melhor uso da via, através de uma infraestrutura adequada, confortável e segura, potencializando o bem-estar de todos os usuários.

#### 5. Estimativa das Quantidades e Preços

Para esta contratação as quantidades foram estimadas tomando como base o projeto estrutural, elaborado atentamente de modo a atender as necessidades apresentadas nesta avenida, através da planilha orçamentaria detalhada e elaborada pelo Setor de Engenharia deste Município, através do Engº Guilherme Rauschkolb, a qual será a referência desta obra.

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor R\$
1	01	un	Execução de passeios em parte da Avenida José Leonardo Santos, São Cristóvão, Município de Capinzal/SC,	<b>142.878,45</b>



# MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

			conforme projetos, memorial descritivo e orçamentos que integram o processo.	
--	--	--	--	--

A estimativa de preços da contratação está compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, muito utilizado no orçamento de obras em geral, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil. O valor de referência da contratação ora pretendida foi estimado em **R\$ 142.878,45** (Cento e quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), **custeado com recursos próprios do Município de Capinzal/SC.**

## 6. Justificativa Para o Parcelamento ou Não da Contratação

Sob a perspectiva técnica, o não parcelamento é justificado por se tratar de uma obra de reforma da área onde os serviços prestados estão sempre correlacionados a outras atividades e que necessitam de uma execução em sequência lógica e objetiva, a fim de garantir a qualidade do resultado no tempo de obra estipulado, para que não traga prejuízo a comunidade local. E ainda, a centralização da responsabilidade em uma única empresa é mais adequada, pois possibilita o acompanhamento de eventuais problemas e soluções com a devida atribuição de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado.

O objeto a ser contratado pelas suas características e com base nas justificativas acima mencionadas se dará por meio da modalidade de **CONCORRENCIA**, pelo critério de julgamento de **MENOR VALOR GLOBAL**.

## 7. Definição se o Objeto é passível ou não de Subcontratação.

Na execução do contrato e sem prejuízo as responsabilidades contratuais e legais, a contratada poderá subcontratar partes da obra ou serviço, até o limite de 25% do objeto do contrato, exceto em se tratando dos serviços de maior relevância do contrato. Conforme o Art. 122 da Lei 14.133/2021, o objeto do presente termo é passível de subcontratação, assim, a contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.





# MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

Antes do início da execução, a empresa subcontratada deverá apresentar ART/RRT relativas aos serviços que irá desempenhar.

Não existirá qualquer vínculo jurídico entre o Município CONTRATANTE e os empregados, subcontratados ou fornecedores da CONTRATADA que, como tal, tenham ou venham a ter relação com a execução do objeto de que trata este Contrato.

## **8. Contratações Correlatas E/OU Interdependentes**

Para atendimento da necessidade institucional, o objeto do presente estudo, não possui relação com outras contratações desta entidade.

## **9. Alinhamento com o PAC – Plano Anual de Contratações**

A presente solicitação está prevista no Plano de Contratação Anual - PCA, previamente planejada pela Secretaria de Infraestrutura.

## **10. Demonstração dos Resultados Pretendidos**

Os resultados pretendidos são a melhoria da infraestrutura, proporcionando um espaço adequado e seguro para todos os usuários.

## **11. Providências a Serem Adotadas**

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas previamente à celebração do contrato.

## **12. Possíveis Impactos Ambientais**

Dada a natureza do objeto pretendido, não se verifica impactos ambientais relevantes. O art. 45 da Lei nº 14.133/2021, determina que as obras e serviços de engenharia devam respeitar, especialmente, as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente,

favoreçam a redução do consumo de energia e de riscos naturais. Diante disso, na execução da obra deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira a fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda às leis ambientais na consecução da obra.

### 13. Viabilidade da Contratação

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, de empresa de engenharia para execução de passeios em parte da Avenida José Leonardo Santos, dando início da Rua Alcir Masson até o ponto de ônibus em frente à igreja desta localidade, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

### 14. TR – Termo de Referência

Esta entidade resolve por elaborar o Termo de Referência em conjunto com o ETP entendendo ser mais prudente a organização das informações quando em apenas um documento e consequente melhor aproveitamento do tempo, tornando as etapas mais céleres.

A Lei de Licitações 14.133/21 discorre sobre o Termo de Referência:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

*XXIII - termo de referência: documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:*

*a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*

*b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;*

*c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;*

*d) requisitos da contratação;*

*e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;*

*f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;*

*g) critérios de medição e de pagamento;*

*h) forma e critérios de seleção do fornecedor;*

*Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas*





# MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

## **Informações para elaboração do edital:**

Abertura de Processo Licitatório na Modalidade: **CONCORRÊNCIA**, conforme LEI 14.133/21.

## **Rubrica Orçamentária:**

Órgão: 06 - Secretaria de Infraestrutura

Unidade: 01 - Secretaria de Infraestrutura

Funcional Programática: 15.451 – Urbanismo / Infraestrutura Urbana

Projeto Atividade: 1.024 – Construção e Revitalização de Passeios Públicos Padronizados

Elemento de Despesa: 4.4.90

Código Reduzido: 159 – Fonte de Recursos: 1.500.0000.0000.00 - Recursos Ordinários.

**Valor: R\$ 6.878,45**

Código Reduzido: 159 – Fonte de Recursos: 2.704.0000.0339.00 – SF Fundo Especial do Petróleo e Transf. de Comp.

**Valor: R\$ 136.000,00**

Recursos Municipais: 100%

**Obs:** Neste Processo Licitatório serão utilizados recursos Municipais, sendo necessária a publicação do aviso de Licitação somente no DOM (Diário Oficial dos Municípios).

## **Prazo De Publicidade Do Edital:**

Deverá ser adotado o prazo de publicação de 25 (vinte e cinco) dias úteis, uma vez que os critérios de julgamento serão pelo menor preço ou maior desconto e, ainda se tratar de uma obra e serviço especial de engenharia, conforme determina o Art. 55, Inciso II – b, da Lei 14.133/21.

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:



# MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

*I - para aquisição de bens:*

*a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;*

*b) 15 (quinze) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea "a" deste inciso;*

**II - no caso de serviços e obras:**

*a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;*

*b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia;*

*c) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada;*

*d) 35 (trinta e cinco) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada ou nas hipóteses não abrangidas pelas alíneas "a", "b" e "c" deste inciso;*

*III - para licitação em que se adote o critério de julgamento de maior lance, 15 (quinze) dias úteis;*

*IV - para licitação em que se adote o critério de julgamento de técnica e preço ou de melhor técnica ou conteúdo artístico, 35 (trinta e cinco) dias úteis.*

*§ 1º Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.*

*§ 2º Os prazos previstos neste artigo poderão, mediante decisão fundamentada, ser reduzidos até a metade nas licitações realizadas pelo Ministério da Saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).*

Prazo de Vigência do Contrato: Até 31/12/2024

Local de Execução do Serviço: Avenida José Leonardo Santos

Prazo de Execução do Serviço: Conforme cronograma (2 meses)

Condições de Pagamento: De acordo com as medições do Fiscal do Município.

Fiscal de Contrato: Luana de Paula

Validade da Proposta: 60 dias

## **15. Responsáveis pela elaboração do ETP**

Os membros abaixo relacionados se responsabilizam pela elaboração deste estudo técnico preliminar:

Capinzal, 11 de julho de 2024.



# MUNICÍPIO DE CAPINZAL

Estado de Santa Catarina

---

Paulo Rodrigo Ribeiro  
Secretário de Infraestrutura

---

Rosane de Lurdes Coroneti  
Diretora de Eng. Obras Públicas

---

Luana de Paula  
Fiscal de Contratos